Titulo: Ministérios já disputam gestão do FAT e do FGTS
Data: 23/07/2021 00:00:00 **Veículo:** O Globo **Página:** 26
Canal: Notícias Gerais
Tiragem: 162.412

Ministérios já disputam gestão do FAT e do FGTS

Anúncio da criação da pasta de Emprego e Previdência gera incerteza sobre quem vai cuidar dos principais fundos usados em políticas sociais e benefícios dos trabalhadores. Guedes afirma que alteração não afetará o 'coração da política econômica'

GERALDA DOCA E DANIEL GULLINO
economia@oglobo.com.br
BRASÍLIA

O anúncio da recriação do Ministério do Trabalho está gerando uma disputa entre técnicos do Ministério da Economia e futuros integrantes da nova pasta. No alvo da divergência está a gestão do FGTS e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Pelo desenho atual, esses fundos estão na alçada da Secretaria de Fazenda, em um departamento específico, e não na Secretaria de Previdência e Trabalho, que será desmembrada. Segundo fontes, a tendência é que o FAT fique com a nova pasta

Os comandos do FAT e do FGTS não foram integrados à Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, que será transformada no Ministério de Emprego e Previdência para acomodar Onyx Lorenzoni. Sendo assim, eles não precisam ser transferidos automaticamente para a nova pasta.

No entanto, há incertezas porque antes do atual governo, FGTS e FAT eram vinculados ao extinto Ministério do Trabalho. A principal preocupação dos técnicos é com a administração dos recursos desses fundos. A reforma ministerial que se delineia foi feita para ampliar espaço do Centrão no governo, e há receio sobre como serão geridos os fundos usados em políticas sociais.

Com ativos em torno de meio bilhão de reais e um Orçamento de R$ 68,9 bilhões para habitação, principalmente o programa Casa Verde e Amarela e saneamento, o FGTS tem hoje gestão técnica, monitorada pelo Conselho Curador, formado por representantes do governo, dos empregadores e trabalhadores.

'SAI GABIGOL, ENTRA PEDRO'

O mesmo ocorre com o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que tem orçamento de R$ 85,8 bilhões. O fundo é responsável pelo pagamento do seguro-desemprego, abono salarial, além dos repasses ao BNDES a projetos em infraestrutura. A presidência é alternada entre membros do Conselho Deliberativo do FAT.

Os técnicos ligados ao ministro da Economia, Paulo Guedes, querem manter os fundos no Ministério da Economia, pois consideram que haverá uma gestão mais técnica. Já pessoas que farão parte da nova pasta e representantes de trabalhadores nos conselhos pretendem mantê-los ligados ao Trabalho.

Sem margem no Orçamento da União, o FGTS é alvo dos governos para estimular a economia e fazer política pública. Antes de se tornar deficitário, o FAT já foi usado no passado para concessão de crédito e programas de qualificação.

Com relação a novos programas de emprego, o governo avalia que isso foi incorporado pelo Congresso e que não haverá mudanças significativas com a dança das cadeiras na Esplanada dos Ministérios. O programa para jovens de até 29 anos e pessoas de mais de 55 anos que estão desempregadas foi elaborado pelo Ministério da Economia.

LEO MARTINS/5-5-2017

Com quem ficam? FAT e do FGTS são hoje administrados pela Secretaria de Fazenda, do Ministério da Economia

R$ 85,8
bilhões de orçamento no FAT
O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é responsável pelo pagamento do seguro-desemprego, abono salarial, além de repasses do BNDES para projetos de infraestrutura

O atual secretário de Previdência e Trabalho de Guedes, Bruno Bianco, que ajudou a formular as políticas para a área, prometeu ao corpo técnico manter as equipes, caso seja confirmado como secretário-executivo do novo ministério.

Onyx Lorenzoni vai levar, porém, o Cadastro de Empregados e Desempregados (Caged), que vem sendo divulgado por Guedes e tem dados positivos de geração de vagas com carteira. Ontem, Guedes disse que a criação do ministério não vai afetar o "coração" da política econômica.

— Está havendo uma reorganização interna sem nenhuma ameaça ao coração da política econômica, zero ameaça. Zero.

O ministro disse que há dificuldades na relação com o Senado e que as mudanças são naturais. Ele comparou a troca de responsabilidade pela política de emprego ao time do Flamengo, do qual é torcedor.

— Estava comigo, passa para o Onyx, mas segue o mesmo jogo. Não muda nada. Sai o Gabigol e entra o Pedro. O jogo segue e vamos ganhar o jogo — disse em referência ao atacante titular e o reserva.

Bolsonaro diz que mudança 'dá uma certa descompressão' para Guedes

DANIEL GULLINO
daniel.gullino@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

O presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que a criação do Ministério do Emprego e Previdência "dá uma certa descompressão" no ministro da Economia, Paulo Guedes. Bolsonaro disse que Guedes concordou com a criação da nova pasta, que abrigará áreas que estavam sob sua responsabilidade.

A criação do novo ministério ocorrerá como parte de uma reforma ministerial. O ministro da Casa Civil, Luiz Eduardo Ramos, será deslocado para a Secretaria-Geral, para dar lugar ao senador Ciro Nogueira (PP-AL). Já o atual titular da Secretaria-Geral, Onyx Lorenzoni, irá para o ministério que será criado.

— Dá uma certa descompressão no Paulo Guedes e deixa o Onyx Lorenzoni tratar dessa questão importantíssima que precisamos, sim, além de recuperar empregos, é buscar mais alternativas para atender aos desassistidos — disse Bolsonaro, em entrevista à rádio Banda B.

O presidente ressaltou que o Ministério da Economia foi resultado da junção de "cinco ministérios" e disse que Guedes precisa de um "esforço enorme" para comandar a pasta.

— Paulo Guedes tem um ministério enorme, ele agregou cinco ministérios no passado, quando assumiu. É um esforço enorme para manter aquele ministério funcionando. E ele mesmo concordou com a tirada dessa parte que é o antigo Ministério do Trabalho e da Previdência para passar a esse novo ministério.

Também ontem, Paulo Guedes minimizou a decisão. O ministro também elogiou Onyx e ressaltou que ele ajudou a formular a política econômica do governo ainda na campanha eleitoral.

Governo desbloqueia R$ 4,5 bi do Orçamento deste ano

Com revisão de despesas, avaliação é que há espaço para liberar mais R$ 2,8 bi

GABRIEL SHINOHARA
gabriel.shinohara@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

Uma revisão nas despesas do governo permitiu o desbloqueio de todos os recursos do Orçamento que estavam retidos, totalizando R$ 4,5 bilhões. A informação consta no relatório de avaliação de receitas e despesas divulgado ontem pelo Ministério da Economia. O valor estava bloqueado por causa da necessidade de reservar recursos para garantir o pagamento de gastos obrigatórios, como aposentadorias e salários.

A informação já tinha sido antecipada pelo presidente Jair Bolsonaro, quando afirmou na véspera que o governo desbloquearia todos os recursos dos ministérios com a arrecadação recorde. A principal razão da revisão para baixo dos gastos foi a redução das despesas com o Bolsa Família, porque o público-alvo passou a receber o auxílio emergencial. Além disso, houve revisão dos gastos com pessoal.

— Fizemos reestimativas mais próximas da folha de pagamento, mas também a revisão de reservas específicas que tínhamos para concursos públicos, outros ingressos, por exemplo, ressarcimentos relativos à cessão de servidores de estatais para administração pública federal — disse o secretário de Orçamento Federal, Ariosto Calau.

EDUCAÇÃO TEM MAIS R$ 1,6 BI

Também por causa da redução na projeção de despesas sujeitas ao teto de gastos — que limita o crescimento das despesas da União —, os ministérios terão mais espaço para investir e custear a máquina pública. O cálculo da pasta é que a ampliação seria de R$ 2,8 bilhões.

Esses recursos podem ser usados para investimentos do governo, como obras, mas ainda não há decisão sobre como serão empregados, o que só deve ocorrer quando o governo enviar o projeto ao Congresso após o recesso parlamentar.

A previsão do Ministério da Economia no segundo bimestre do ano era que os gastos estavam ultrapassando o teto em R$ 4,5 bilhões. Por isso, o valor foi bloqueado.

Ao rever projeções, o governo passou a estimar que havia uma folga de R$ 12,3 bilhões.

Deste total, R$ 9,5 bilhões eram despesas do Bolsa Família que não foram realizadas por causa do pagamento do auxílio emergencial. Um acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) prevê que esses recursos sejam usados para enfrentamento da Covid-19 na função de assistência social.

Outros R$ 3 bilhões foram resultado das revisões de gastos com pessoal e encargos sociais.

Portanto, ao considerar a folga no teto e os recursos que eram do Bolsa Família e devem ser destinados para assistência social, a sobra é de R$ 2,8 bilhões, um montante que o Ministério da Economia pretende liberar como gastos livres do governo.

O principal ministério a ser atendido pelo desbloqueio é o da Educação, que terá R$ 1,6 bilhão para usar este ano. O Ministério da Economia terá mais R$ 830 milhões para gastar com seus programas.

Em seguida, a Defesa terá R$ 671 milhões a mais disponíveis. O Ministério de Desenvolvimento Regional, responsável por obras e pelo programa Casa Verde Amarela, teve liberados R$ 382 milhões.

HOANA GONÇALVES / ME

Revisão. Despesas com o Bolsa Família caíram com migração para auxílio

INDICADORES

IBOVESPA ▼
+0,17% no dia
+0,46% em junho

DÓLAR

	COMPRA R$	VENDA R$
Comercial (Ptax)	5,1972	5,1978
Turismo esp. (BB)	5,05	5,34
Turismo esp. (Bradesco)	N.D.	N.D.

EURO

Comercial (Ptax)	6,1145	6,1173
Turismo esp. (BB)	5,93	6,30
Turismo esp. (Bradesco)	N.D.	N.D.

OUTRAS MOEDAS

	VENDA R$
Libra esterlina	7,1644
Franco suíço	5,6609
Iene japonês	0,0472
Peso argentino	0,0539
Peso chileno	0,0069
Yuan chinês	0,8038

Outras moedas estrangeiras podem ser consultadas nos sites www.xe.com/ucc e www.oanda.com.

ÍNDICES

		MÊS	ANO	12 MESES
IPCA IBGE	(12/93=100)			
Junho	5769,98	0,53%	3,77%	8,35%
Maio	5739,56	0,83%	3,22%	8,06%
IGP-M FGV	(8/94=100)	MÊS	ANO	12 MESES
Junho	1075,733	0,60%	15,08%	35,75%
Maio	1069,289	4,10%	14,39%	37,04%
IGP-DI FGV	(8/94=100)	MÊS	ANO	12 MESES
Junho	1056,343	0,11%	14,26%	34,53%
Maio	1055,167	3,40%	14,13%	36,53%

POUPANÇA

ATÉ 03/05/12	
19/08	0,5000%
20/08	0,5000%
21/08	0,5000%
A PARTIR DE 04/05/12	
18/08	0,2446%
19/08	0,2446%
20/08	0,2446%
21/08	0,2446%

TR

15/07	0,0000%
16/07	0,0000%
17/07	0,0000%
18/07	0,0000%
19/07	0,0000%
20/07	0,0000%
21/07	0,0000%
SELIC	4,25%

UFIR/RJ

Julho	R$ 3,7053

UFIR (extinta)

Julho	R$ 1,0641

UNIF

A Unif foi extinta em 1996. Cada Unif vale 25,08 Ufir (também extinta). Para calcular o valor a ser pago, multiplique o número de Unifs por 25,08 e depois pelo último valor da Ufir (R$ 1,0641). (1 Uferj = 44,2655 Ufir/RJ)

IMPOSTO DE RENDA

Julho de 2021

BASE DE CÁLCULO (R$)	ALÍQUOTA	A DEDUZIR
Até 1.903,98	Isento	-
De 1.903,99 a 2.826,65	7,5%	R$ 142,80
De 2.826,66 a 3.751,05	15%	R$ 354,80
De 3.751,06 a 4.664,68	22,5%	R$ 636,13
Acima de 4.664,68	27,5%	R$ 869,36

Deduções: a) R$ 189,59 por dependente; b) dedução especial para aposentados, pensionistas e transferidos para a reserva remunerada com 65 anos ou mais: R$ 1.903,98; c) contribuição mensal à Previdência Social; d) pensão alimentícia paga devido a acordo ou sentença judicial. Obs.: Para calcular o imposto a pagar, aplique a alíquota e deduza a parcela correspondente à faixa. A terceira parcela do IRPF, que vence em 31 de julho, tem correção de 1,31%.

INSS

Julho de 2021

Trabalhador assalariado

SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO (R$)	ALÍQUOTA (%)
Até 1.100,00	7,5
De 1.100,01 a 2.203,48	9
De 2.203,49 até 3.305,22	12
De 3.305,23 até 6.433,57	14

Percentuais incidentes de forma não cumulativa (artigo 22 do regulamento da Organização e do Custeio da Seguridade Social)

Trabalhador autônomo

Para o contribuinte individual e facultativo, o valor da contribuição deverá ser de 20% do salário-base. Contribuição mensal mínima de R$ 220,00 (para o piso de R$ 1.100,00) e máxima de R$ 1.286,71 (para o teto de R$ 6.433,57)

SALÁRIO MÍNIMO

	FEDERAL	RJ*
Julho	R$ 1.100,00	R$ 1.238,11

* Piso para empregado doméstico, entre outros.

OUTROS ÍNDICES

BOLSA DE VALORES: Cotações diárias de ações, evolução dos índices Ibovespa e IVBX-2: www.b3.com.br
CDB/CDI/TBF: www.anbima.com.br www.cetip.com.br
Taxa Básica Financeira (TBF): www.bcb.gov.br. Clicar em "Estatísticas" e, posteriormente, em "Séries temporais"
FUNDOS DE INVESTIMENTO: www.anbima.com.br. Clicar em "Fundos de investimento"
IDTR: www.fenaseg.org.br. Clicar na barra "Serviços" e, posteriormente, em FAJ-TR. Selecionar o ano e o mês desejados
ÍNDICES DE PREÇOS: FGV: www.fgv.br. IBGE: www.ibge.gov.br Anbima: www.anbima.com.br